

«Falar» na polícia

Um texto de Diana Andringa, publicado em «Caminhos da Memória», de 26 a 30 de Janeiro de 2009.

Nos quarenta e oito anos que mediaram entre os golpes militares de 28 de Maio de 1926 e 25 de Abril de 1974, milhares de oposicionistas à ditadura passaram pelas prisões do regime. Republicanos, anarquistas, comunistas de diferentes tendências, ali foram, muitas vezes, torturados, a fim de revelarem o que sabiam sobre as organizações em que militavam, e contribuir, assim, para o seu desmantelamento.

Nesse jogo de gato e rato que se travava entre a polícia política e os oposicionistas – com destaque para os comunistas – muitos foram os que, por vezes muito jovens ainda, se viram confrontados com a incapacidade de resistir à tortura.

Para lá de dar à polícia a possibilidade de provar, em tribunal, o seu envolvimento numa organização proibida, “falar”¹ tinha para o preso duas consequências muito mais graves: a prisão de outros militantes que iriam, por sua vez, ser sujeitos à tortura e a quebra do vínculo político, acompanhada do ostracismo dos antigos “camaradas”.

Os exemplos daqueles que, isolados, humilhados, espancados, submetidos a dias seguidos de privação de sono ou de tortura da “estátua”², resistiram, não bastam para ocultar o facto de que muitos foram aqueles que cederam a prestar declarações, e que carregam, deste então, o peso desse acto.

São, no entanto, os exemplos heróicos aqueles que recorda a memória colectiva³. Fortemente perturbador, para o indivíduo como para a organização a que pertence, o facto de “falar” é algo que se cala mais do que se exprime. Nem por isso marca menos a vida de quem o praticou, nem por isso é menos importante saber “porque se fala” e não só “porque se resiste” – nem que seja por ser esse um factor a ter em conta para o bom funcionamento das organizações clandestinas.

Para tal é necessário aflorar a complexa teia que liga afectos e acção política, já que é aí, mais que em qualquer outra instância, que se decide a questão do “falar”, ou “resistir” – como provavelmente bem o sabia a PIDE/DGS ao usar, como argumento de peso, que “os outros” - os amigos, os “camaradas” – “já falaram antes de si.”

De facto, as organizações políticas clandestinas formam-se, a maior parte das vezes, a partir de redes pré-existentes, laborais, associativas, de amizade ou mesmo de família, e

¹ “Falar” era revelar à polícia dados sobre a organização e/ ou os elementos que a ele pertenciam.

² Dava-se o nome de tortura da “estátua” àquela em que o preso era obrigado a manter-se durante largas horas de pé, sem se mover, por vezes também com os braços levantados.

³ “Os homens que não pedissem à memória mais que o iluminar da sua acção imediata, e para os quais o prazer puro e simples de evocar o passado não existisse, porque este teria, aos seus olhos, as mesmas cores que o presente, ou, simplesmente, por serem incapazes de o fazer, não teriam nenhum sentido da continuidade social. É por isso que a sociedade obriga os homens, de tempos a tempos, não só a reproduzir em pensamento os acontecimentos anteriores da sua vida, mas ainda a retocá-los, amputá-los, completá-los, de modo a que, apesar de convencidos de que as nossas recordações são exactas, lhes comunicamos um prestígio que a realidade não possuía.” Halbwachs, Maurice, “*Les cadres sociaux de la mémoire*”, Albin Michel, Paris, 1994 (1ª ed, 1925), p.113

esses laços anteriores, legais, são uma das garantias de fidelidade ao compromisso com o grupo. Pelo contrário, o outro lado – o regime ditatorial, repressivo, o invasor – é visto como o inimigo absoluto. E enquanto se mantém essa divisão das águas, são necessários níveis extremamente elevados de violência para fazer quebrar a vontade do preso. Recorde-se como é difícil ao Winston Smith de “1984” dizer, mesmo submetido a uma dor insuportável, o contrário do que vê...

É por isso que, normalmente, a polícia busca a “alma” mais que o corpo do preso. Porque é nela que é preciso imprimir a “verdade” do poder, porque é só aniquilando-lhe a vontade que cessa a desobediência. Não basta prendê-lo – é preciso provar-lhe que, ao contrário do que pensa Júlia, a protagonista de “1984”, também pode penetrar-lhe o coração. Um morto, um herói, convocam e incitam a desobediência. Um “traidor” desprestigia o seu grupo e a razão porque se bate.

Frente aos interrogadores, aos torcionários, o preso é um homem só. E é sob tortura que ele vai revelar aquilo que verdadeiramente é, não apenas intelectual como emocionalmente. A mais pequena fissura, a mais pequena contradição, pode comprometê-lo definitivamente. É essa que a polícia tenta descobrir.

Razões para um tema

O tema impôs-se-me muito tempo antes de ser presa, numa tarde do Verão de 1966, ao ouvir um texto de Jorge Semprun, em A Longa Viagem, lido alto por um jovem candidato a preso político:

“Pensei no Émil não há muito tempo, lembrei-me dele algumas semanas atrás, nos dias em que o Alfredo foi preso. A mim próprio perguntei, naqueles dias em que o Alfredo foi preso, porque razão uma pessoa se aguenta e porque razão se não aguenta diante da polícia, durante a tortura. O Alfredo aguentara-se, lembrei-me de Émil ao pensar naqueles dias nas razões que fazem com que certos aguentem e outros não aguentem. Mas o mais grave, o que se presta a muito mais reflexões, é a dificuldade, a quase impossibilidade de estabelecer os critérios racionais da força de uns, da fraqueza de outros. Pensava eu em tudo isto, pois a verificação puramente empírica, este aguentou-se, aquele não se aguentou, não me satisfazia. (...) Era no fim do Outono, dezasseis anos depois desse outro Outono, em Auxerre. Lembro-me e havia rosas no jardim da Gestapo. Atirei fora um cigarro, acendi outro cigarro e pensava em Alfredo. Eu achava que ele se ia aguentar, não somente porque as torturas já não são o que eram outrora. Pensava que ele aguentaria fosse como fosse, mesmo outrora, ou então que morreria no meio das torturas. Pensava isto e tratava de ligar os elementos racionais deste pensamento, os pontos estáveis sobre que repousava essa convicção espontânea. Quando a gente pensa nisso, é terrível que sejamos obrigados há tantos anos a escutar o olhar dos companheiros, a estar atentos às quebras possíveis da sua voz, aos seus gestos em tais e tais circunstâncias, à sua maneira de reagir diante deste ou daquele acontecimento, para tentarmos fazer uma ideia da sua capacidade de resistir à tortura, se for caso disso. Mas é um problema prático a que se tem de atender, absolutamente, seria criminoso não atendermos a ele. É horrível que a tortura seja um problema prático, que a capacidade de resistir à tortura seja um problema prático a encarar praticamente. Mas é um facto, não fomos nós que o escolhemos, não temos outro remédio senão estarmos atentos. Um homem devia poder ser um homem, mesmo que não fosse capaz de resistir à tortura, mas a verdade é esta, sendo as coisas o que são,

um homem deixa de ser o homem que era, que poderia vir a ser, caso vergue diante da tortura, caso denuncie os camaradas. Sendo as coisas o que são, a possibilidade de se ser homem está ligada à possibilidade da tortura, à possibilidade de vacilar sob a tortura.

(...) Era preciso que Alfredo se aguentasse, se ele não se aguentasse, todos nós ficaríamos enfraquecidos, Era preciso que Alfredo se aguentasse, que nós ficássemos fortalecidos com a sua vitória. Eu pensava em tudo isto e sabia que Alfredo também pensava em tudo isto, sob os murros e os golpes da matraca. Ele pensa neste mesmo momento que o seu silêncio não é apenas a sua vitória pessoal, que é uma vitória que partilharemos com ele. A nossa verdade vai tornar-se a cintilante armadura do seu silêncio, ele sabe isso, isso ajuda-o a sorrir no seu silêncio.

As horas passavam, não ocorria nada, era o silêncio de Alfredo que aguentava aquela calma. (..) É o silêncio de Alfredo que deixa dormir os rapazes nas casas ameaçadas. As horas passavam, não se passava nada, íamos sair vencedores, desta feita ainda. Lembro-me desse dia de Primavera, oito meses atrás, eu estava sentado num banco com Alfredo e Eduardo. Fazia calor, estávamos ao sol, o parque estendia diante de nós os seus maciços ondulados. Falávamos disto e daquilo e não sei dizer como a conversa derivou para *A Questão*⁴. Era um livro que tínhamos lido muito atentamente, que tínhamos relido, pois era alguma coisa mais que um simples testemunho. Era para nós um livro de um grande significado prático, cheio de ensinamentos. De certo modo, um instrumento de trabalho. É de toda a vantagem compreender, com tal clareza, semelhante rigor desprovido de frases inúteis, que nos podemos aguentar sob os choques eléctricos, que podemos preservar o nosso silêncio, apesar do pentothal. Falávamos de *A Questão* de maneira prática, calmamente, era um livro que nos dizia respeito praticamente. Era um belo livro, útil, que ajudava a viver. Talvez Alfredo se tivesse lembrado desta conversa no parque cheio de sol, diante das montanhas azuis, coroadas ainda de alguns rastos de neve, em frente da paisagem severa de oliveiras e de carvalhos. Depois bebemos cerveja juntos, antes de nos separarmos. A cerveja estava fresca. Era agradável ter sede e matar a sede.” Jorge Semprun, “A Longa Viagem”, Arcádia, Lisboa, 1964. (Sublinhados meus)

Enquanto líamos e ouvíamos, também nós bebíamos cerveja, muito fria, a acompanhar tostas de *foie-gras* em pão de centeio. As toalhas eram muito brancas, os guardanapos, como elas, de linho, o criado mudava o cinzeiro cada vez que apagávamos um cigarro. Era quase obsceno falar de tortura numa das mais belas cervejarias de Lisboa – mas nós, como Semprun, como Eduardo, como Alfredo, tínhamos a tortura como um tema comum, algo de que era preciso falar praticamente.

Um ano e meio depois, aquele que lera alto cedera à tortura, o que o ouvira partira para o exílio e eu aprendera que não há resposta fácil para a pergunta de Semprun, “*porque razão uma pessoa se aguenta e porque razão se não aguenta diante da polícia, durante a tortura*”.

Quarenta anos depois, ainda não encontrei uma resposta a esta pergunta que é, em relação ao Portugal dos governos de Salazar e Caetano, tão importante como o era para o Jorge Semprun das resistências francesa e anti-franquista espanhola, para o Alleg do combate pela independência argelina.

⁴ Alleg, Henri. “*A Questão*” narra a tortura a que o seu autor, jornalista e membro do Partido Comunista Argelino, foi submetido, em Junho de 1957, por elementos da 10ª Divisão de Paraquedistas, e a forma como resistiu, nomeadamente à administração de “soro da verdade” – Pentothal.

Mas o facto de não encontrar a resposta, talvez impossível, à pergunta de Semprun, “*porque razão uma pessoa se aguenta e porque razão se não aguenta diante da polícia, durante a tortura*”, não impede a tentativa de compreender como é que em alguns se quebra a resistência e como procedia a polícia política portuguesa para o fazer.

Para o tentar fazer, parti da descrição, feita e divulgada pelo próprio, de um caso concreto de cedência sob tortura e de outros documentos tendentes a fazer o “enquadramento histórico” da situação descrita, em que se incluem uma entrevista com um antigo “Director de Serviços” da PIDE/DGS, Pereira de Carvalho, que recolhi em finais de 1989, depoimentos de outras pessoas detidas durante o período salazarista, também por mim recolhidos, entre 1989 e 1990, livros e artigos sobre a polícia política, os seus métodos, as torturas, os resultados destas.

Tempos e cenários com personagem no meio

Porque me parece impossível desligar o que se passava durante os interrogatórios da realidade vivida no exterior, considere também útil enquadrar este caso – que de cedência se transformou em traição – no clima vivido à época, 1973.

Portugal vivia então a segunda fase da era marcelista, em que já pouco ou nada sobejava da política de tímida abertura com que Caetano iniciara o seu mandato. Incapaz de manter, em simultâneo, uma política liberalizadora e uma guerra colonial – contestada em manifestações de rua desde Fevereiro de 1968, primeiro sob o disfarce da condenação da presença norte-americana no Vietname e depois abertamente – o Governo a que presidia tinha voltado atrás em quase todas as suas políticas de abertura, fosse ela em relação a políticos da oposição moderada – com a prisão de Jaime Gama, Raul Rego e Salgado Zenha e a condenação ao exílio de Mário Soares, sindicatos – com a destituição das direcções desafectas ao regime, ou associações de estudantes – quase todas encerradas na sequência da crise de 1969 que, em Lisboa, ganha especial relevo no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e no Instituto Superior Técnico.

Então estudante de Engenharia, Carlos Pimenta⁵ descreve assim o ambiente que ali se vivia nesses anos:

*“Nesse tempo as Universidades eram um dos poucos sítios onde circulavam duma forma quase livre os textos sobre a guerra de África, os textos sobre os presos políticos, etc. Nessa altura, entrar no Técnico era como entrar num oásis de informação. Mesmo com os portões fechados, com o regime repressivo - mas não tão violento, na nossa escola, como era em Económicas ou Direito - era uma vivência de liberdade que não tinha par.”*⁶

O “Esboço Sociológico do Jovem Português”, apresentado ao II Congresso Republicano de Aveiro por “Um Grupo de Jovens” analisara assim o papel da juventude estudantil: “*Nos grandes acontecimentos dos últimos tempos, é a juventude, estudantil quase sempre, na verdade, que impõe os factos, realiza os processos, dinamiza as estruturas. (...) Mas não esquecendo jamais que o seu papel, o papel da juventude estudantil não é*

⁵ Engenheiro, ecologista, exerceu funções de Governo como Secretário de Estado do Ambiente. Foi também deputado do PSD à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu.

⁶ “*Diferencial*”, jornal da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico, Junho de 97.

de vanguarda no sentido de chefiar as outras camadas. (...) O seu substracto social define-lhe as fronteiras, impele-a a motivações pequeno-burguesas de auto-suficiência e vanguardismo. As grandes camadas, as motivações mais imperativas, raiz e receptáculo sofredor de toda a crise nacional, são e estão nos trabalhadores. São eles que processam os saltos qualitativos de progresso na luta de eficácia nos objectivos. E serão eles, aliados ao resto, isso sim, que realizarão o movimento radical do processo histórico.”⁷

Nos finais de 1972, o assassinato, por agentes da PIDE/DGS, do estudante de Direito José António Ribeiro dos Santos, durante uma reunião em Económicas e a colocação de “gorilas”⁸ nas principais escolas de Lisboa levava a um extremar das posições estudantis. Nesse mesmo ano de 1972, nova legislação que colocava as associações culturais – instituições que serviam, de há muito, de espaço de politização e até de recrutamento por áreas afectas à Oposição – sob a tutela do Ministério do Interior marcava uma nova fase na repressão. E a Assembleia Nacional, onde o deputado Teixeira Canedo afirmara “*que não se podia ter por criminosos políticos a mesma consideração que se tem por criminosos de direito comum*”⁹, declarara o “*estado de subversão*” no país, abrindo maior espaço de manobra à actuação das forças policiais.¹⁰ Na tensa situação que se vivia, e apesar de toda a repressão que as atingia, as Universidades continuavam a ser pólos de liberdade (vigiada!) de pensamento e de expressão, locais de circulação de informação e análise sobre a situação política do país, escolas de pensamento político, viveiro de novos dirigentes da oposição como do regime. E, naturalmente, centros de recrutamento das organizações clandestinas. Estas – como descreve, em relação às organizações terroristas italianas dos anos 70, Donatella della Porta – tendem, de facto, a apoiar-se sobre ligações pré-existentes de outro tipo, camaradagem associativa, amizade ou, até, laços familiares:

“Parece profícuo seguir a abordagem que tende a explicar a adesão dos indivíduos às organizações políticas por referência à rede de relações a que pertencem. Muitas pesquisas demonstraram, de facto, que a disponibilidade para deixar-se recrutar deriva da proximidade estrutural e, também, da interacção afectiva com os membros de um grupo. (...) A inserção em algum tipo de rede social revelar-se-á uma condição necessária mas não suficiente para explicar a adesão a organizações clandestinas. Isso leva, então, a encarar o recrutamento como processo interactivo e adicional, implicando profundas transformações pessoais. O recrutamento de um indivíduo para uma organização clandestina deverá, pois, analisar-se em relação com o processo de construção de uma identidade colectiva.”¹¹

Nascido em Angola, “Y”, cujo depoimento serviu de base a esta análise, chegara a Lisboa dois anos antes de entrar para o Técnico. E é ao entrar no IST, no ano lectivo de 1969/70, que, seduzido pelo brilho intelectual de alguns dirigentes, ingressa no Movimento Associativo e faz a sua “socialização política”, em grande parte determinada pela admiração intelectual que sente pelos dirigentes que vai conhecendo.

⁷ “*II Congresso Republicano de Aveiro, Teses e Documentos*”, Vol.II, Seara Nova, Lisboa, 1969

⁸ Nome dado pelos estudantes aos “seguranças” recrutados entre antigos combatentes das tropas de elite e colocados nas principais Faculdades de Lisboa por iniciativa do ministro da Educação da época, Veiga Simão.

⁹ Citação do “Diário Popular” retirada da Circular n.º 15, de 17 de Abril de 1972, da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, “*Presos Políticos*”, CNSPP, Porto, 1972.

¹⁰ Mattoso, José (Direcção), “*História de Portugal*”, 7º Volume, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994, p.554.

¹¹ della Porta, Donatella, “*I militanti della organizzazioni terroriste di sinistra*”, Rivista Italiana di Scienza Politica, a XVII, n.º 1, Abril de 1987.

Serão esses dirigentes a levá-lo a aderir a uma organização política clandestina.

História de uma prisão (Portugal, 1973)

Quando, num fim da tarde de Abril, “Y” entrou em casa e deparou com quatro agentes da PIDE/DGS a guardar a mãe e o irmão, a sua primeira reacção foi de terror. Terror que, como muito bem o sabiam os elementos da polícia política, era uma das melhores armas de que esta dispunha.

Para o então Director de Serviços da PIDE/DGS, Pereira de Carvalho¹², essa era uma fama que vinha de longe, dos tempos da guerra de Espanha:

“... aquelas formas de violência, aqueles tempos da guerra de Espanha, creio que terão criado também em Portugal aquela necessidade de actuar de qualquer maneira. Eu lembro-me de conversas com antigos funcionários da polícia, em que às vezes havia a necessidade de mandar fazer uma busca e eu dizia que devia ser feito o respectivo mandado de busca, e às vezes havia um ou outro funcionário mais antigo que dizia: “Ah, para que é isso?! Nos meus tempos, a gente chegava lá e metia o pé à porta!” Ora esse passado, que ainda existia na mentalidade dos próprios funcionários, sob que forma não deveria existir no conceito, na opinião e na memória dos que foram vítimas desse “pé à porta”, dessa forma de prisão que um pouco atrabiliária, em que as pessoas eram metidas, com processo sumário, num barco, e depois iam parar a Timor, ou a S. Tomé ou a qualquer lado?”

Em 73 tinham passado 34 anos sobre a guerra de Espanha e, com a substituição, em Setembro de 68, de António de Oliveira Salazar por Marcelo Caetano, Portugal julgara-se finalmente a caminho do degelo, em “Primavera Política”. Mas, se em certos sectores da Oposição - não comunista - se pensou em liberalização, a PIDE, essa, não se deixou levar por esses sinais, e encarou nos seus devidos termos a política marcelista de “evolução na continuidade”, como decorre da leitura de dois excertos de correspondência enviada por quadros da polícia política a um informador da mesma polícia, em Roma: “A respeito do novo Governo tudo continua na mesma, a não ser uma pequena liberdade de imprensa e outras coisas do género, mas sem importância”¹³; “Acerca da PIDE tudo leva a crer, e é o que se depreende do decreto, que foi uma mudança de nome e uma modernização ao padrão internacional.”¹⁴

Pereira de Carvalho, na entrevista atrás referida, considera mesmo que Marcelo Caetano não procedeu de forma adequada:

“A PIDE foi substituída, e mal, pela Direcção Geral de Segurança; o ‘Diário da Manhã’ foi substituído, e mal, pela ‘Época’”, comentou, na mesma entrevista que me concedeu em 1989 o ex-Director de Serviços Pereira de Carvalho. E explicou: “E digo

¹² Álvaro Augusto das Neves Pereira de Carvalho. Vindo da GNR, entrou para a PIDE a 2.4.56, como inspector. Em 1962 subiu a inspector-adjunto, em 1969 a subdirector. A 25.4.74 era director de serviços. Entrevista concedida à autora, para a série “Geração de 60”, RTP, em finais de 1989.

¹³ “Carta que a dupla Barbieri Cardoso/ Pereira de Carvalho, endereça, sob o pseudónimo ‘PP’ ao informador ‘Oliveira’ (Mário de Carvalho), em Roma.”, Caldeira, Alfredo e Carvalho, A A Santos, “Epílogo”, em Delgado, Humberto, “A Tirania Portuguesa” (Organização, compilação e introdução de Iva Delgado e Carlos Pacheco), Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1995.

¹⁴ “Carta que a PIDE envia ao seu informador Mário de Carvalho, em 2 de Dezembro de 1969, sobre a alteração da sua designação para DGS”, Caldeira, Alfredo e Carvalho, A A Santos, obra citada.

‘mal’, porquê? Não é pela extinção – é pela maneira como foi feita. Não é por mudar o nome que se mudam as coisas! O que devia ter sido feito - e se, neste país, algum governante alguma vez tivesse consultado os seus serviços de informações, se acreditasse que esses serviços podiam não ser estúpidos, se não considerasse a Polícia assim como uma espécie de ‘lobo de Alsácia’, a que se diz: “Morde!”, depois se acorrenta, depois se diz “Morde!” outra vez, as pessoas que percebiam do assunto ter-lhe-iam explicado que as coisas não se fazem assim... Primeiro, criava-se outro organismo; depois, dizia-se que não era necessária a existência de dois, e extinguia-se o primeiro. Isto já não tinha a ideia de continuidade, já se perdia o odioso...”

A ter sido criada qualquer ilusão pela mudança de nome ou pela redução do tempo de prisão sem culpa formada, foi de pouca dura, no que à polícia política respeita. A partir de 1970, volta a intensificar-se o número de prisões e a violência em relação aos presos cresce na mesma proporção. Já em 27 de Janeiro de 1970, o inspector Tinoco¹⁵, na sede da PIDE acabada de converter em DGS, Direcção Geral de Segurança¹⁶, afirmava a uma detida¹⁷ : “Lá fora pode ser a primavera política. Aqui, quem manda, é o Doutor Salazar!” E, a 30 de Abril do mesmo ano, a recém-criada¹⁸ Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos dava provas da sua desilusão, na sua circular número 2:

“É inegável que a designação do actual Presidente do Conselho correspondeu a alguma melhoria do clima de repressão existente no país. Declarações de carácter genérico, alguns actos concretos, certa descrição na acção policial e o simples facto de ter abandonado o poder o Dr. Salazar: tudo contribuiu para a criação de um clima de desanuiamento, porventura ilusório, mas as ilusões correspondem já a uma realidade psicológica colectiva.

No entanto, desde então, nunca este clima se concretizou numa autêntica pacificação, quer de direito, quer de facto. Conservaram-se as disposições legais, guardaram-se intactas as organizações, mantiveram-se as mentalidades; nem sequer se decretou uma amnistia significativa.

As autoridades policiais têm nos últimos meses intensificado a sua acção repressiva, em condições que justificam sérias apreensões. Por outro lado – por notícias, por comentários e esclarecimentos e pelo próprio tipo de intervenção policial – parece notar-se a intenção, perante a opinião pública, de transformar meras divergências de ideologia ou discordâncias de orientação política em “gravíssimos crimes contra a Nação”: tudo, por sua vez, tendente a nova intensificação da acção policial.

*Procurar-se-á assim anular definitivamente o ténue clima de tolerância que chegou a esboçar-se? O que é trágico, para Portugal, é que desiludir completamente a esperança em que o povo acreditou só é possível à custa de um retrocesso e duma intensificação da repressão mais graves dos que foram usados nos piores dias.”*¹⁹

Uma intensificação que Pereira de Carvalho, na entrevista que vimos citando, interpreta como uma reacção psicológica a uma situação de desprestígio e diminuição de poder em

¹⁵ Adelino da Silva Tinoco, entrou para a PIDE em 1945, como aspirante, subindo pouco depois a agente auxiliar. Agente de 2ª classe em 48, de 1ª em 53, chefe de brigada em 60, subinspector em 64, inspector em 67 e inspector-adjunto em 73.

¹⁶ A 24 de Novembro de 1969.

¹⁷ Diana Andringa.

¹⁸ A 15 de Novembro de 1969, tendo entregue o documento da sua constituição na Presidência do Conselho, a 31.12.69.

¹⁹ Com. Nac. de Socorro aos Presos Políticos, “Presos Políticos / documentos 1970-71”, Afrontamento, Porto, Março/Abril de 72, p.22.

que, afirmou, a PIDE amargamente sentira, após a passagem a Direcção Geral de Segurança:

“Pode ser que este amargo tenha tido os seus reflexos (...) que o estado psicológico dos investigadores, face a sentirem que não tinham a mesma autoridade que tinham anteriormente, os levasse a exagerar nas suas actuações. (...) Esse sentimento quase de inferioridade ou de diminuição da sua capacidade de actuação é possível que tenha levado a exageros no campo da investigação, em relação ao tratamento dos presos, como forma de mostrar que ainda existiam e ainda tinham força.”

“Y” tinha ouvido diversas histórias sobre a forma como a PIDE extorquia informações aos presos por meio de tortura – e como, sujeitos a esta, muitos não logravam resistir. Conhecia, também, os nomes de alguns dos que tinham resistido e eram vistos como heróis. Assim o “Romance do Homem da Boca Cerrada”, uma poesia de Jaime Cortesão sobre um outro Jaime, de apelido Rebelo – que, submetido à tortura e temendo não conseguir resistir-lhe, cortou a língua com os dentes:

“Que importam duros tormentos, /quando a vontade é mais dura?!/Geme o peso atado ao potro. /Já tinha o corpo a sacrar,/já tinha os membros torcidos/ E os tormentos a apertar. /Então o Jaime Rebelo, /Louco de dor, a arquejar/ Juntou as últimas forças,/Para não ter que falar. /”Antes que fale emudeça!”/Pôs-se a gritar com voz rouca/ E cerce, de uma dentada/Cortou a língua na boca.”

Mas a descrição deste e outros actos de grande coragem, se mostravam que era possível resistir, aumentavam também o medo com que se entrava, sob prisão, na sede da PIDE/DGS. É para lá que “Y” é inicialmente levado, para depois ser transferido, numa carrinha blindada, para o Reduto Sul do Forte Prisão de Caxias.

O Reduto Sul que, desde 1971, substituíra a sede da PIDE/DGS, na Rua António Maria Cardoso, ao Chiado, como local de interrogatórios, ficava apenas a escassa dezenas de metros do Reduto Norte, que funcionava como “Depósito de Presos”. A substituição da António Maria Cardoso pelo Reduto Sul fora vista, pela Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, como ligada à nova face, primaveril e renovada, do Governo português, sob a presidência de Marcelo Caetano:

“Como é do conhecimento geral, os interrogatórios da DGS durante a Instrução do Processo foram até agora realizados na respectiva sede, em pleno Chiado, na Rua António Maria Cardoso. Esta localização, em zona citadina densamente frequentada, tornava notório o constante movimento dos carros celulares; e, pior que isso, apesar das precauções tomadas, sucedia ouvirem-se por vezes os gritos dos presos torturados, verem-se sair ambulâncias em grande velocidade dos portões que logo se fechavam, ou até acontecerem tragédias como o suicídio de um preso presenciado da então vizinha Embaixada do Brasil.

Estas “inevitáveis” ocorrências e ainda a distância apreciável entre o Depósito de Presos Políticos em Caxias e as Salas de Interrogatório impuseram a solução agora adoptada: os presos vão e regressam dos interrogatórios (às vezes muitos dias depois), mas as deslocações são rápidas, discretas, sem perigo de chocar os agora inexistentes observadores, pois o percurso de e para a cela do preso é curto e praticamente ermo. As novas instalações no Reduto Sul do Forte de Caxias vêm, portanto, não só dotar os serviços da DGS de um edifício que responde ao aumento da actividade repressiva

*verificada nos últimos anos, como também corresponder à necessidade de isolar ainda mais os presos e de esconder aos olhos do público os processos repressivos da DGS.”*²⁰

Impossível, aqui, não lembrar a frase de António de Oliveira Salazar aquando da inauguração do Secretariado Nacional de Propaganda, em 26 de Outubro de 1933: “*Politicamente, só existe o que o público sabe que existe...*” Com os presos políticos reduzidos ao espaço entre os dois redutos do Forte de Caxias, longe da vista, ficava facilitada para a polícia – e para o Governo – a tarefa de esconder a falta de liberdades no país.

No Reduto Sul, “Y” é metido dentro de uma sala, deixado só por algum tempo, e transferido para outra sala, onde o fotografam de frente e de lado. Depois de fotografado, é de novo conduzido para uma carrinha blindada, que o leva até ao Reduto Norte. Seguem-se gradões, escadas, um corredor. Param, finalmente, frente a uma porta maciça com um postigo negro. Um guarda abre a porta e fá-lo entrar.

A cela, pequena, tem um armário e uma pequena mesa de mármore incrustados na parede. Junto à mesa, uma cadeira. Do lado contrário, depois de uma cama metálica, fica a casa de banho. A janela, ao fundo, tem 2 filas de grades. A casa de banho tem uma larga janela que dá sobre a cama e que, de noite, a ilumina.

Pouco depois, o guarda volta, trazendo a roupa para a cama. Explica-lhe o horário da cadeia e diz-lhe que ali ninguém lhe faria mal.

“Ali ninguém lhe faria mal...” – é que, no Reduto Sul, o preso estava sob vigilância dos agentes da PIDE/DGS, enquanto que, no Reduto Norte, estava à guarda dos Serviços Prisionais. E embora, entre os funcionários desses serviços, houvesse alguns ligados à polícia política, nem todos o eram, e a arrogância dos agentes da PIDE/DGS, bem como os efeitos da tortura que testemunhavam, levava até a que alguns guardas prisionais entendessem marcar bem essa diferença.

No entanto, era no Reduto Norte, sob a guarda dos serviços prisionais, que os detidos pela PIDE/DGS iam enfrentar algo que era, de facto, o início da tortura: a despersonalização. “Y” é revistado e são-lhe retirados os óculos, o cinto, o relógio, os documentos de identificação, as chaves de casa e o dinheiro que levava consigo.

Documentos de identificação, chaves, dinheiro: a partir de agora, o preso deixa de ter existência legal, casa, possibilidade de subsistência. A ausência de cinto, teoricamente para evitar que se enforque, perturba-lhe os movimentos. Sem relógio, sem óculos, perde o sentido do tempo e da distância. Mas a despersonalização não fica por aí. No dia seguinte, após uma inspeção médica, é levado ao barbeiro, onde lhe cortam o bigode e o cabelo.

Cabelo e bigode cortados: o preso não tem direito à sua imagem, àquela que construiu e escolheu para si próprio. E, como nas celas não existe espelho, não pode sequer verificar a nova imagem que lhe é imposta. Está, neste momento, com uma imagem em que se não reconhece, numa situação próxima da do doente de esquizofrenia descrito

²⁰ Com. Nac. de Socorro aos Presos Políticos, “*Presos Políticos / documentos 1970-71*”, Afrontamento, Porto, Março/Abril de 72, p.183

por Laing: “*Aquilo que vêem não sou eu.*”

E começa o período de isolamento.

Em livro²¹ publicado em 1977, quando a memória do que fôra a PIDE/DGS era ainda muito presente, Nuno Vasco descreve assim o isolamento:

“Período de isolamento: o preso era colocado numa cela sozinho ou, em certos casos, tinha um companheiro temporário que podia ou não ser “bufo”. Tudo era manipulado pela PIDE com o fim de privar o preso de todo o contacto social e sensorial. Assim: a) celas pequenas com casa de banho, paredes nuas, mesa, cadeira e cama; b) as refeições eram de sofrível qualidade, dadas à porta a fim de evitar o contacto com o carcereiro. Para além do carcereiro que trazia as três refeições, o preso só via um agente da PIDE que a qualquer hora entrava na cela e, normalmente sem falar, fazia uma busca e saía rapidamente; c) proibição de livros, revistas e correspondência. Ao preso era unicamente dado papel e lápis e era-lhe expressamente dito que só podia escrever ao Sr. Director; d) proibição de visitas.

Durante o período de isolamento as reacções psicológicas seguiam geralmente as seguintes fases: fase de agitação, impaciência e agressividade; fase de inércia, descuido com a higiene pessoal, passividade e quebra das defesas físicas.”

Não se atribui, normalmente, ao simples isolamento o carácter de tortura. Era, no entanto, um método seguido pela polícia de forma sistemática, o que afasta a hipótese de que se tratasse de simples “excesso de trabalho” impedindo-o de “atender” o preso. Num estudo feito sobre uma amostra constituída por 50 ex-presos políticos, detidos em Caxias entre 66 e 74, pelo Grupo de Estudo da Tortura – formado por alguns médicos e psicólogos ligados à Comissão Nacional de Socorro aos presos políticos – verificou-se que 50 por cento dos inquiridos tinham sido sujeitos a isolamento prolongado. E, em livro publicado em 1987²², um desses médicos, o psiquiatra Afonso de Albuquerque, interessou-se particularmente pela questão do isolamento:

“Entrevistámos também um outro grupo, constituído por 9 pessoas, todas elas presas pela PIDE, mas que poucos dias sofreram de isolamento e que não foram sujeitas a tortura. Curiosamente, nesse grupo nenhum indivíduo apresentava sequelas evidentes da prisão, nem imediatas nem tardias. Parece-nos assim haver forte indícios de que o factor stressante mais gravoso foi a tortura, se considerarmos nela incluído o isolamento prolongado²³.”

No livro a que fazemos referência, Afonso de Albuquerque explica ainda que, entre os 50 ex-presos que constituíam a primeira amostra, se verificaram quatro casos de psicoses esquizofrénicas – sendo que dois desses casos surgiram “*nas primeiras duas a três semanas da prisão, quando os presos estavam já em isolamento mas não tendo ainda sido sujeitos a outras formas de tortura.*” É que o isolamento, esse estar preso sem se ser interrogado, se assemelha à indiferença, e a indiferença, escreve Ronald Laing, “*nega todo o significado às pessoas e às coisas. Lembremos que a petrificação era um dos métodos utilizados por Perseu para matar os seus inimigos, que transformava em pedras mostrando-lhes a cabeça da Medusa. A petrificação é um meio*

²¹ Vasco, Nuno, “*Vigiados e perseguidos- Documentos secretos da PIDE/DGS*”, Realidade e Denúncia, Livraria Bertrand, Lisboa, 1977.

²² Albuquerque, Afonso, “*Stress – Causas, Prevenção e Controlo – um guia prático*”, Informação e Saúde, Texto Editora, Lisboa, 1987.

²³ Sublinhado meu.

de matar. Bem entendido, sentir que outrem nos trata ou nos olha não como a uma pessoa, mas como a uma coisa não é forçosamente assustador se se tem a certeza da própria existência. Mas se o facto de ser uma coisa aos olhos de um outro não representa para o indivíduo “normal” uma ameaça catastrófica, para o esquizóide, todo o par de olhos é uma cabeça de Medusa dotada do poder de matar ou de sufocar alguma coisa, em si, simultaneamente precária e vital.”²⁴

No caso de “Y”, como de outros presos a quem foram retirados os óculos, a falta de visão acrescia à “privação sensorial” induzida pelo isolamento num espaço despido, restrito e sem vista. Tendo, em Caxias, as celas da frente vista para o rio, e as de trás apenas para um muro, seria aliás interessante comparar a que ponto essa diferença influía na resistência dos presos. Um livro de instruções da CIA²⁵ lembra que “o principal efeito da detenção e, particularmente, do isolamento, é privar a pessoa presa de muitas das imagens, sons, sabores, cheiros e sensações tácteis a que estava acostumada”. E acrescenta: “John C. Lilly examinou dezoito relatos autobiográficos escritos por exploradores polares e navegadores solitários e concluiu que “o isolamento actua na maioria das pessoas como uma poderosa causa de stress”.

O primeiro interrogatório teve lugar no 4º dia de prisão. “Y” declarou, logo de início, não querer prestar declarações. Intenção que o escrivão anotou, perguntando, de seguida, se também se recusava a assinar o auto, o que “Y” confirmou.

A um observador menos informado não deixará de causar perplexidade o facto de um preso que se recusa a prestar declarações se recuse também a assinar o auto em que se transcreve essa mesma posição. Em conversa havida a 11.6.2000, “Y” explicou-o com “a vontade de não fazer qualquer tipo de cedência”.

Segundo José Pacheco Pereira, em “Álvaro Cunhal – Uma Biografia Política”, o primeiro preso político a tomar essa atitude terá sido Francisco Miguel, do PCP, que, preso em Dezembro de 1939, se recusou “a fazer qualquer declaração, declinando a sua condição de comunista e negando-se a assinar qualquer documento”. Ainda segundo Pacheco Pereira, “A atitude de Miguel veio a servir de padrão para a reflexão de Cunhal e dar origem, mais tarde, ao Se fores preso, camarada..., estabelecendo regras de comportamento dos comunistas presos, muito mais severas do que aquelas que existiam em movimentos revolucionários clandestinos nos outros países.”²⁶

Editado em Abril de 1947, meses depois de o Secretariado do Comité Central do PCP ter decidido a expulsão do Partido de vários militantes por declarações prestadas durante os interrogatórios pela PIDE, “Se fores preso, camarada...” é uma espécie de guia para o comportamento dos militantes: “... se conheces a experiência daqueles que já estiveram presos, ela ajudar-te-á enormemente a manteres uma moral elevada, a defenderes-te dos truques da polícia, a defrontares os processos que ela utiliza, e assim, a melhor defenderes o nosso Partido. É com o fim de te dar a experiência do nosso Partido, de te auxiliar para o caso de seres preso, que este folheto é escrito. Lê-o atentamente. Se fores preso, camarada, o que nele se diz e agora vais ler te ajudará então.”²⁷

²⁴ Laing, Ronald, “*Le moi divisé*”, Stock, Londres, 1970 (1960).

²⁵ Kubark Counterintelligence Interrogation, July 1963, p.87

²⁶ Pereira, José Pacheco, “Álvaro Cunhal, Uma Biografia Política”, vol.1 – “Daniel”, o Jovem Revolucionário, Temas e Debates, Sacavém, 1999, p. 389.

²⁷ “Se fores preso, camarada...”, Editorial Avante!, 1947

Vejamos então os conselhos dados para “O Primeiro Interrogatório”, aquele mesmo que “Y” acaba de atravessar:

“É duma grande importância o primeiro interrogatório. Ele muitas vezes decide do comportamento dos militantes e da sua defesa. Em geral (ainda que isso varie, segundo os casos, maior ou menor responsabilidade, circunstância da prisão, etc) a polícia procura, logo no primeiro interrogatório tirar o máximo do preso, aproveitar a surpresa e o choque da prisão, vencê-lo, subjugar-lo, não lhe dar tempo a pensar e a arquitectar uma defesa. A polícia procura isto para ficar com o preso na mão. O primeiro interrogatório é a primeira grande medição de forças entre o comunista preso e a polícia fascista. Do resultado dependem muito os futuros interrogatórios.

Por vezes, a polícia faz, no primeiro interrogatório, apenas uma ou duas perguntas. Diz o agente investigador: “Eu quero só que me digas isto. Se me disseres poderás ir sossegado.” E pergunta, por exemplo, o nome dum camarada, ou a quem corresponde um pseudónimo, ou que horas e em que sítio é um encontro. Por vezes, a polícia parece já saber o que pergunta. Os polícias dizem às vezes: “Eu já sei. Mas quero ouvir da tua boca.” Mas o que tu deves pensar, camarada, é que se a polícia estivesse certa do que pergunta, não insistiria tanto. Tu não lhe deves dar a confirmação do que porém ela supõe. Não o faças, camarada. E a partir do interrogatório pensa assim: Eu quero ser e hei-de ser digno do meu nome de comunista e da confiança que em mim depositam.”

Várias vezes alterado, em sucessivas edições, criticado pelos diversos grupos da extrema-esquerda, que criavam o seu próprio “guia de acção”, o “Se fores preso, camarada...” foi, ainda assim, a matriz onde se forjaram os comportamentos face à polícia das diversas organizações. Aliás, os ensinamentos contidos nos parágrafos acabados de citar não estão longe de outros que constituíam também fontes de inspiração dos revolucionários, como o texto “Sobre a repressão”, de Victor Serge, editado em Setembro de 1971 pelos “Cadernos Maria da Fonte”:

“EM CASO DE PRISÃO

Guardar em absoluto todo o sangue-frio. Nem se deixar intimidar nem provocar.

Não responder em nenhum interrogatório sem ser assistido por um defensor e só depois da entrevista com este último, que deve ser, tanto quanto possível, um camarada de partido. Ou, na sua falta, sem ter maduramente reflectido. Todos os jornais revolucionários traziam outrora, em grandes caracteres, esta recomendação invariável: “Camaradas, não façam depoimentos! Não digam nada!”

*Em princípio: **não dizer nada.***

Dar explicações é perigoso: o militante está nas mãos de profissionais hábeis em tirar partido da menor palavra. Toda a “explicação” lhes fornece uma rica documentação.

Mentir é extremamente perigoso: porque é difícil construir um sistema sem falhas muito aparentes. É quase impossível improvisar.

Não tentar jogar ao mais fino: a desproporção de forças é muito grande.

Os reincidentes inscrevem nas paredes das prisões esta recomendação enérgica, que o revolucionário pode tomar em seu proveito:

*“Não confessem nunca!” (...)*²⁸

Para o já referido inspector Pereira de Carvalho, a atitude de absoluto silêncio tomada pelos presos seria uma das justificações para a existência de tortura. Na mesma entrevista para a série da RTP “Geração de 60”, gravada em finais de 1989,

²⁸ Serge, Victor, “Sobre a Repressão”, Cadernos Maria da Fonte, Lisboa, 1971, p.84

argumentou:

“Eu não sei se conhece um opúsculo que existiu, que se chamava “Se fores preso, camarada...” Esse “Se fores preso, camarada...” é muito responsável por alguma forma de violência, porque uma das coisas de que a Polícia tinha um perfeito conhecimento - perfeito e exacto conhecimento – é que o indivíduo elemento do Partido Comunista que era preso ia perfeitamente mentalizado para resistir a interrogatórios, a negar-se a dar qualquer resposta e pronto para sofrer todas as violências. E quando era tratado com a dignidade de outra pessoa qualquer, ficava embaraçado e apenas tinha uma solução: remeter-se a silêncio absoluto. Se lhe perguntassem a idade, se lhe perguntassem se era do Sporting ou do Benfica, recusava-se à mesma a responder, porque isso era estabelecer um princípio de diálogo.”

No seu “Tratado de Argumentação”, Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca referem, aliás, que Winston Churchill proibiu os diplomatas ingleses de ouvir as propostas de paz que os emissários alemães lhes pudessem transmitir, e lembram que *“escutar alguém, é mostrar-se disposto a admitir eventualmente o seu ponto de vista”*²⁹ ...

A PIDE/DGS, aliás, treinara-se para recorrer a esse método de diálogo. De novo Pereira de Carvalho:

“Muitos investigadores estavam perfeitamente capazes de estabelecer uma conversa, um diálogo com o preso, e, se não de o levar à confissão, o levar pelo menos a trocar ideias, a trocar impressões e a falar, sem ser necessário o emprego de formas violentas.”

E outro inspector da mesma polícia, Fernando Gouveia³⁰, escreveu:

“... o investigador tinha de ser, sem qualquer dúvida, um pouco psicólogo para analisar as reacções dos detidos às perguntas formuladas no decorrer dos interrogatórios. Não seria o facto de um rosto empalidecer ou corar que, salvo uma ou outra excepção, iria dar ao investigador a certeza de o interrogado ser culpado ou inocente.

Nós próprios reconhecemos que, se alguém, de repente, nos acusasse de ter praticado um acto criminoso ou considerado como tal, não deixaríamos de corar ou de empalidecer nem mesmo evitaríamos um estremecimento, só por pensarmos naquele instante que estávamos a ser injustamente considerados autores de um acto que não praticáramos.

Nunca estudámos psicologia, mas é certo que o nosso trabalho, baseado sempre no estudo da maneira de ser de cada detido, era efectuado durante longos períodos de conversação, sem abordar, sequer ao de leve, a actividade de que era acusado.

Geralmente encaminhava-se a conversa no sentido de o detido nos ir dando conhecimento de quantas pessoas se compunha a sua família, se era casado, se tinha filhos, quantos, as suas idades, se estudavam, etc. Depois, quais as condições de trabalho onde auferia os meios de subsistência; se era o único a ganhar lá em casa; quanto ganhava e quanto pagava de renda de casa; qual o género das suas distrações; se gostava de futebol e caso afirmativo qual o clube da sua simpatia. Enfim, toda esta conversa, com o ar mais natural, por forma que o detido se sentisse como se estivesse

²⁹ Perelman, Chaim e Olbrechts-Tyteca, Lucie, “*Traité de l’Argumentation*”, Éditions de l’Université de Bruxelles, Bruxelas, 1992, p.22.

³⁰ Fernando de Sousa de Araújo Gouveia. Ingressou como agente na Polícia de Informação do Ministério do Interior em 1929, sendo depois admitido na PIDE como agente de 1ª classe. Foi sub-inspector em 49, inspector em 62, inspector-adjunto em 1973 e era, à data do 25 de Abril, “Técnico Superior”.

sentado à mesa de um café ou junto ao balcão de uma taberna, se fosse caso de tratar-se de um prosélito de Baco.

Estudando a sua forma de responder, o nosso ouvido ia-se habituando ao seu tom de voz natural, o que nos permitia, depois, perceber quando mentia, no decorrer já do interrogatório, ao declarar-se inocente ou quando pretendia apresentar qualquer versão diferente dos factos.”³¹

Por psicologia ou pela violência, o importante, para os agentes e inspectores da PIDE/DGS, era que os presos não deixassem de falar. Pereira de Carvalho:

“Como é que se fazia prova em tribunal de que, realmente, um indivíduo era membro da associação que o tribunal considerava passível de procedimento criminal? Através dos depoimentos concordantes dos elementos de uma célula.

Como sabe, a confissão não serve de elemento de prova; nem servia; um indivíduo podia confessar que era membro do Partido, sim senhor, que tinha desempenhado esta ou aquela tarefa, que contribuía para o Partido com uma determinada quotização isso não era elemento de prova. O que era elemento de prova era se houvesse dois ou mais indivíduos que dissessem: sim, eu contribuía, e contribuía com fulano e reuníamo-nos em tal parte, ou reuníamo-nos tantas vezes por semana ou por mês, a célula era constituída por esses indivíduos, reuníamo-nos e havia uma actividade definida; quer dizer, era a prova testemunhal de um contra os outros que acabava por servir de prova em tribunal, para mostrar que o indivíduo pertencia realmente a essa associação secreta, que era passível de procedimento criminal.

Isto obrigava a que toda a gente tivesse que falar – porque, se não houvesse pelo menos dois a falar, não havia prova. Não sei se estou a ser suficientemente explícito: daí a necessidade absoluta que tinha a polícia, quando organizava os seus processos, de através das declarações simultâneas de vários indivíduos pertencentes ao mesmo núcleo de organização, a coincidência das afirmações, a coincidência dos actos e tarefas, das datas, isso vir a constituir a prova, perante o tribunal, de que estavam organizados – e estavam organizados como membros do Partido Comunista. Uma prova obrigatoriamente constituída desta maneira deforma a acção policial.

Não havia qualquer apoio legal para instruir um processo de outra maneira, quer dizer, de maneira de fazer prova. Era apenas esta, as declarações conjuntas dos arguidos e, portanto, tinham que falar!”³²

O primeiro embate fora assustadoramente fácil. Mas, submetido a novo período de isolamento na “sua” cela do Reduto Norte, “Y” pensava quase continuamente nas dificuldades que encontraria em esconder as suas actividades, e na tortura a que, estava certo, seria submetido.

Detida por um longo período em isolamento numa cela escura, no campo de Ravensbruck, a militante comunista Margarete Buber-Neumann adverte, no seu livro dedicado à memória da jornalista checa Milena Jesenská:

“Não há nada mais perigoso que se pôr a martelar na nossa cabeça, sem descanso, a preocupação com o que será o nosso destino, não pensar senão no nosso sofrimento, lamentar-se sobre a nossa sorte.”³³

³¹ Gouveia, Fernando, *“Memórias de um inspector da P.I.D.E.”*, “ 1. A Organização Clandestina do P.C.P.”, Delraux, Lisboa, 1979

³² Excerto da entrevista gravada em finais de 1989 para a série da RTP, “Geração de 60”.

³³ Buber-Neumann, Margarete, *“Milena”*, Fiction&Cie, Seuil, Paris, 1986 (1977)

Não era pois inocentemente que, muitas vezes, a PIDE/DGS parecia “esquecer-se” do prisioneiro, deixando-o durante vários dias, por vezes semanas, sem interrogatórios. Sabia que um dos efeitos do isolamento era levar o preso a concentrar-se quase continuamente na ameaça que sobre ele pendia de uma tortura perante a qual muitos fraquejavam. No já citado livro de instruções da CIA, especifica-se que *“a ameaça de coerção normalmente enfraquece ou destrói resistências mais do que a própria coerção. A ameaça de inflingir dor, por exemplo, pode gerar medos mais perturbadores que a própria sensação de dor. De facto, a maioria das pessoas subestima a sua capacidade de resistência à dor. O mesmo princípio vale para outros medos: mantido durante tempo suficiente, um medo forte de alguma coisa vaga ou desconhecida induz regressão, enquanto que a materialização desse medo, o inflingir de alguma forma de castigo, pode ser recebida com alívio. A pessoa percebe que pode aguentar e a sua resistência aumenta. “Em geral, a brutalidade física só cria ressentimento, hostilidade e maior desafio.”*³⁴

“Y” espera 17 dias pelo interrogatório seguinte. Durante esses dias, diz, foi crescendo o “desânimo”, o sentimento da inutilidade do seu sacrifício.

É exactamente na criação de sentimentos deste tipo que a polícia joga, no isolamento. Privado da presença dos “camaradas”, da sua linguagem, do sonho comum, o preso vai ficando, só, em frente das memórias negativas. Por vezes, a expectativa da polícia falha, sobretudo em fases ascensionais do movimento a que o preso se encontra ligado. Entre os estudantes portugueses da década de 60 é conhecida a história de um dirigente que, ao alucinar por efeitos da tortura do sono, imaginou uma imensa manifestação exigindo a sua libertação – e encontrou forças para resistir. Mas significando a prisão, desde logo, uma derrota – normalmente a seguir-se a outras prisões e cedências durante os interrogatórios – mais natural é que o preso se concentre, mesmo contra vontade, no que correu mal, assim diminuindo a sua própria resistência. Essa entrega a pensamentos que se quer evitar, por força do isolamento, é descrita por Joaquim Paço d’Arcos em “Cela 27”:

*“Dantes não perdia tempo a repensar nessas coisas e a meditar nos acontecimentos, nas deliberações, e nas atitudes que assumira ou deixara de assumir. (...) Na cadeia, porém, o caso mudara de figura. Tivera tempo para tudo e para repisar o passado e voltar a repisá-lo. Bem se capacitava que era inútil esse jogo da memória, esse brinquedo de cabra cega em que o pensamento patinhava contra a sua própria vontade. Mas ali, na quase permanente ociosidade (...) ali, na ociosidade, não podia catalogar os pensamentos, ordená-los, como toda a vida fizera. Eles entravam pelas fendas da porta, pelas grades do postigo, vinham com as poeiras e com o tédio. Introduziam-se-lhe nos poros, embalavam-na enquanto dormia, misturavam-se com o gosto do tabaco e não lhe servia de nada tentar reagir, porque eles, silenciosos, faziam-lhe carreiro no cérebro, como as formigas, e voltavam sempre, sempre, sempre.”*³⁵

É hora de jantar quando “Y” é de novo chamado para interrogatórios. Na sala do Reduto Sul a que é conduzido começa por encontrar um agente de ar carrancudo, mas logo depois entra um outro de ar amigável, que lhe pergunta se está disposto a “despachar o seu assunto”. “Y” volta a declarar não pretender prestar declarações. O homem responde que de facto a lei não o obriga a prestar declarações e sai, com o primeiro

³⁴ Kubark Counterintelligence Interrogation, July 1963, pp. 90 e 91.

³⁵ Paço d’Arcos, Joaquim, “Cela 27”, Guimarães Editores, Lisboa, 1964.

agente, enquanto outro os substitui. Logo depois, um quarto homem substitui o que ficara.

Atentos, normalmente, às terríveis descrições da tortura, prestamos por vezes pouca atenção à parte não violenta do interrogatório. Esquecemo-nos assim, por vezes, que tudo neles funciona como forma de linguagem – na situação, como forma de pressão. Nomeadamente o que refere ao tempo e ao espaço. No seu livro “A Linguagem Silenciosa”, publicado em 1959, o antropólogo norte-americano Edward T. Hall identifica dez Sistemas Primários de Comunicação, entre os quais a Territorialidade e a Temporalidade, salientando, em relação ao primeiro: “*Possuir um território é ter um dos componentes essenciais da vida; quem não o possui encontra-se numa das situações mais precárias que é possível conceber.*”³⁶

Nos interrogatórios, o preso não detinha qualquer controlo sobre o território em que se encontrava, nem sobre aqueles que nele entravam e saíam, tal como não podia assegurar a sua própria subsistência, sendo-lhe a comida servida não nas habituais horas de refeição, mas quando aos interrogadores aprouvesse, como se passava, aliás, com o sono, que deixava de poder corresponder ao seu ciclo biológico.

A disposição do território não é geralmente deixada ao acaso: “*A sala em que decorre o interrogatório deve estar despida de efeitos de distração. As cores das paredes, do tecto e da mobília não devem ser chamativas. Não deve haver imagens – e, se as houver, que sejam desinteressantes. Saber se a mobília deve incluir uma secretária depende, não da conveniência do interrogador, mas do que se pensa seja a reacção do interrogado a conotações de superioridade e poder.*”³⁷

“Y” passou essa noite sem dormir, vigiado por dois agentes e quase se surpreendeu quando viu os primeiros raios de sol. Já de manhã, entrou um novo agente, com ar cordial, para lhe dizer que ele já estava “referenciado”³⁸ e, por isso, era bom “despachar-se” e dizer tudo.

Esta era uma das técnicas policiais referidas em “Se fores preso, camarada...”. No capítulo “Os ‘bons modos e promessas’”, diz-se: “*Nem sempre a polícia se mostra com o seu aspecto brutal e criminoso. Por vezes, os agentes adoptam o processo de “tratar bem”, falando com uma aparente consideração, não tratando por tu, mostrando respeito, dando em voz alta instruções aos subalternos para tratarem bem o preso, interessando-se pela sua vida, dizendo que não lhe querem mal, que tudo se pode resolver facilmente, etc. Representam tão bem o seu papel que muitos camaradas têm caído no logro e têm ficado com a ideia de que “afinal a polícia não é tão má como dizem*”³⁹.

Mas, como “Y” não se mostrasse sensível a esta técnica, o mesmo agente passou à fase seguinte, aquela a que Victor Serge, na obra já citada, chamava de “ameaça

³⁶ Hall, Edward T., “A Linguagem Silenciosa”, Antropos, Relógio d’Água Editores, Lisboa, 1994, páginas 57,64,65.

³⁷ Kubark Counterintelligence Interrogation, July 1963, p. 45.

³⁸ “Referenciado” significa “já assinalado”, caso em que, sem o saber, cada contacto seu podia estar sob vigilância; mais: numa polícia que “não investigava para prender, mas prendia para investigar” (frase que ouvimos atribuída a um dos mais conhecidos subdirectores da PIDE, Sachetti) significava, quase sempre, uma denúncia anterior. Qualquer das coisas abalava, naturalmente, o espírito do preso.

³⁹ “Se fores preso, camarada...”, Editorial Avante!, 1947

semipaternal: 'Isso custar-lhe-á caro!'”⁴⁰

E foi avisando que, se nessa noite, apesar de não ter dormido, tudo se tinha passado muito bem, podia bem acontecer que na seguinte já não tivesse cadeira onde sentar-se e a noite se prolongasse, até porque a polícia tinha muito tempo.

Esta ameaça de privação do sono, sempre repetida nos interrogatórios, era de tanto maior eficácia na criação de um clima de terror quanto se sabia que era a tortura mais usada pela polícia política portuguesa.

Assim, os resultados do já referido inquérito a uma amostra constituída por 50 ex-presos políticos, entrevistados nos anos de 1974 e 1975 pelo Grupo de Estudo da Tortura, mostram que, em situação de interrogatório, a privação do sono foi usada em 96% dos casos. Seguiam-se, segundo o mesmo estudo, o espancamento, em 46%, a tortura da “estátua”, em 38%; os Insultos/ Chantagens, em 30%, as variações de temperatura, em 8%, o uso de altifalantes com gravações, também em 8%; e os choques eléctricos com um agulhão para gado, também utilizado por certas polícias da América Latina, em 4%.⁴¹

Mas, nesse dia, Y voltou para o Reduto Norte, onde teve a visita da família, regressando novamente à cela. O resto do dia decorreu normalmente. À noite, a luz da cela foi apagada à hora do costume e, algum tempo depois, “Y” adormeceu. Cerca de uma hora depois, foi acordado pelo guarda prisional, para “ir à polícia”.

No Reduto Sul, fizeram-no entrar numa sala de interrogatório na qual, logo a seguir, entraram dois agentes. Acordado no início do sono, temporalmente desorientado, “Y” sentia, terrivelmente, a falta dos óculos: : *“O desconforto de não os ter é maior que a necessidade que temos deles. Cria-nos a sensação de estarmos indefesos, de desamparo. Uma sensação de inferioridade.”*⁴²

Como qualquer pessoa habituada a usar óculos compreende, a sua ausência leva o míope a não distinguir bem os traços do seu interlocutor, nem sequer a distância a que se encontra – e essa incapacidade aumenta, naturalmente, a tensão e o terror do preso.

“Y” começa então a ser esbofeteado por um dos agentes que, enquanto o agride, o vai acusando de estar na Faculdade a esbanjar o dinheiro dos pais, fazendo política em vez de estudar, metendo-se em problemas, estragando a sua vida enquanto os membros mais responsáveis do grupo estavam a salvo em França...

Em 11 de Junho de 2000, “Y” referiu assim essa parte dos interrogatórios: *“Bater era humilhar. Não sentia dor nenhuma. Só senti dores depois de me ter descontraído e começado a falar. Era um efeito psicológico, de submissão, como as palmatoadas ou as chapadas de um professor. Era, sobretudo, o efeito da pancada associada à fala. Falavam ininterruptamente enquanto batiam. O efeito essencial que tinha era fazer-me fixar bem o que estavam a dizer. Não era um bater com cólera. Não era uma agressão, não era bater para magoar – era para realçar o que estavam a dizer. Para impôr respeito.”*

⁴⁰ Serge, Victor, “*Sobre a Repressão*”, Cadernos Maria da Fonte, Lisboa, 1971, p.85

⁴¹ Albuquerque, Afonso, “*Stress – Causas, Prevenção e Controlo – um guia prático*”, Informação e Saúde, Texto Editora, Lisboa, 1987.

⁴² Declarações recolhidas em 11.6.2000.

Porque de “bater para humilhar” se tratava, era a cabeça a atingida. Julian Pitt - Rivers explica, em “Honra e Posição Social” que, se “*qualquer forma de afronta física implica uma afronta à honra, uma vez que a ‘esfera ideal’ à volta da honra de uma pessoa foi profanada*”, “*a bofetada ritual na cara permaneceu a forma de desafio em matérias de honra*”⁴³. A bofetada ao preso era um ritual mais de despersonalização. Note-se que a forma de bater tinha em conta os presos a quem era aplicada, e este tipo de “bofetada” parece mais escolhida para estudantes que para activistas de outro extracto social.

Depois das bofetadas, um dos agentes acendeu sucessivamente três fósforos, apagando-os nas costas da mão de do preso. Seguiu-se a “estátua”: “Y” é mandado pôr de pé, em sentido, a olhar para um ponto fixo na parede, enquanto lhe aplicavam pancadas no pescoço e pontapés nos tornozelos. Passado algum tempo, iniciaram um novo jogo: um dos agentes mandou-o despir a camisola que trazia posta, para o outro logo lhe gritar para a vestir, agredindo-o à vez por desobediência.

Era a criação de uma típica situação de “double bind” – ou duplo constrangimento – que Patrice Guillaume descreve assim: “*Uma pessoa apanhada numa situação de duplo constrangimento – uma situação em que, faça a pessoa o que fizer, não pode ganhar – pode desenvolver sintomas esquizofrénicos. No duplo constrangimento há dois níveis de comunicação em conflito e uma injunção contra comentar o conflito.*”⁴⁴

Algum tempo depois, os dois agentes saíram, sendo substituídos por outro, depois de o ameaçarem com privação de sono por vários dias, e o anúncio de que até já tinham cortado a visita da semana seguinte⁴⁵, pelo que teriam duas semanas para o manter ali. “Y” continuou em sentido, virado para a parede.

Segundo Jean Louis Valatx, da Universidade de Lyon, os efeitos da privação do sono são variáveis conforme os indivíduos e manifestam-se desde as 24 horas de privação. Se as verdadeiras alucinações só costumam ocorrer a partir do 3º dia, as primeiras perturbações a surgir são de humor, observando-se irritabilidade e irascibilidade acrescidas, alternâncias rápidas (alguns minutos) de euforia e de depressão e, por vezes, indiferença ao ambiente com o desejo de estar só. Mais: verifica-se uma instabilidade psicomotora, em que a pessoa não consegue estar imóvel e sente a necessidade de se mexer, mudar de lugar e de posição (de pé, sentada), tendo assim dificuldade em fixar a atenção⁴⁶. A tortura do sono e a da estátua parecem assim reforçar-se mutuamente.

No começo da manhã do dia seguinte, “Y” disse ao agente que o guardava que queria falar.

Perante esta brusca mudança de comportamento, recordamos que, no já referido inquérito a 50 ex-presos políticos, se apontam, entre as consequências imediatas da situação de tortura, nomeadamente por despersonalização e privação do sono, alucinações/delírio em 76% dos casos, perdas do conhecimento em 15%, edemas dos membros inferiores em 10%, tentativas de suicídio em 6%, com ausência de

⁴³ Pitt-Rivers, Julian, “Honra e Posição Social”, em “Honra e Vergonha – Valores das Sociedades Mediterrânicas”, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1988 (2ª edição), p. 17.

⁴⁴ Guillaume, Patrice, “The Double Bind: The Intimate Tie Between Behavior and Communication”.

⁴⁵ Durante o período de interrogatórios, ao preso era apenas concedida uma visita de meia hora por semana, pelo que o ser chamado para interrogatórios após essa visita significava que poderia estar sob tortura de sono durante sete noites antes que alguém viesse a saber o que lhe acontecia.

⁴⁶ http://sommeil.univ-lyon1.fr/articles/valatx/mh_88/effets.html

perturbações em apenas 8% e, como consequências a médio e longo prazo, perturbações da memória, em 16%, depressão, também em 16%, insónias em 8%, psicoses esquizofrénicas igualmente em 8% (4 casos) e outras – como ansiedade, cefaleias, gaguez, dificuldades sexuais, etc. – em 30% dos inquiridos. No livro em que aborda esse estudo, o psiquiatra Afonso de Albuquerque não hesita mesmo em falar de “delírios paranóides” e “estado verdadeiramente psicótico”:

“Já Hinkle, em 1961, descreveu em detalhe os efeitos cerebrais do isolamento, da privação do sono e da fadiga e menciona outros três: a diminuição do açúcar no sangue, a manipulação da temperatura (ou muito quente ou muito frio) e as alterações salinas do sangue. Também Oswald (1962) apontava para o efeito que a privação do sono provoca nas capacidades cognitivas, e existe uma vasta bibliografia que mostra que a privação sensorial, mesmo em situações confortáveis, pode só por si provocar alterações da memória, da concentração e do pensamento, e estas por sua vez tornam mais difícil ao indivíduo manejar o stress, desenvolvendo-se assim um processo de feedback (informação retroactiva) que produz mais stress. O mesmo sucede com a privação do sono (Shalice, 1973), que mesmo em condições de segurança, em laboratório, desencadeia com frequência alucinações auditivas e visuais, delírios paranóides, intensa angústia e estados de desorientação em relação à pessoa, ao local e ao tempo.

Se lhe juntarmos, como no caso destes presos, a despersonalização, o “fazer de estátua”, os espancamentos, a alimentação deficiente, as ameaças, as manipulações de temperatura, etc., que são todos poderosos agentes stressores, fica explicado o estado verdadeiramente psicótico que a maioria dos presos rapidamente experimentou e justificado o facto de que uma considerável minoria tenha ficado afectada, provavelmente para toda a vida.”⁴⁷

E, mais adiante, o mesmo Afonso de Albuquerque interroga-se sobre o desencadeamento de psicoses esquizofrénicas em 4 dos 50 presos ouvidos pelo Grupo de Estudos Contra a Tortura:

“A propósito dos 4 casos de esquizofrenia, todos eles iniciados poucos dias após a prisão, que levaram a internamentos psiquiátricos posteriores em indivíduos sem qualquer surto anterior, e que se consideravam (e eram considerados) pessoas saudáveis, até pela própria PIDE, levanta uma questão controversa mas sempre actual que é a da causalidade da esquizofrenia. (...) fica pelo menos a impressão que foi o stress provocado pela prisão, adicionado ao isolamento e à tortura do sono, que funcionou como factor, se não causal, pelo menos desencadeante do surto esquizofrénico, em indivíduos com possível predisposição biogenética para essa doença. (...)

Este e outros dados mostram que os factores biogenéticos desempenham também um papel de relevo na determinação das consequências do stress a nível individual. Basta referir, por contraste com os casos anteriores, que o preso sujeito ao mais longo período de tortura do sono, num total de 21 dias, não só não sofreu das habituais alucinações auditivas e visuais como acabou essa longa provação apenas com ligeiras dores de cabeça...”⁴⁸

⁴⁷ Albuquerque, Afonso, “Stress – Causas, Prevenção e Controlo – um guia prático”, Informação e Saúde, Texto Editora, Lisboa, 1987.

⁴⁸ Albuquerque, Afonso, “Stress – Causas, Prevenção e Controlo – um guia prático”, Informação e Saúde, Texto Editora, Lisboa, 1987.

No decurso da elaboração deste trabalho, em conversa com Afonso de Albuquerque⁴⁹, este psiquiatra admitiu que, em algumas pessoas, nomeadamente com inteligência emocional deficitária, dificuldade em lidar com o stress e factores biogenéticos esquizóides ou paranóides, o stress sofrido no decurso do isolamento e/ou do interrogatório prisional podia desencadear um surto esquizofrénico, com eclosão de uma “dupla personalidade” e capaz de explicar a súbita passagem da resistência à cedência e mesmo à colaboração. Assim, perdido o contacto com o mundo entre o qual se dera a sua “socialização secundária”, “política”, dependente da autorização do “inimigo” para todas as funções primárias – comer, dormir, deslocar-se à casa de banho – o preso substituiria uma dependência por outra, com tanto maior facilidade quanto os valores que lhe eram apresentados pela PIDE eram muitas vezes próximos daqueles que lhe tinham sido inculcados na “socialização primária”⁵⁰.

Os agentes entregam então a “Y” um bloco de notas e uma caneta, para que escreva a sua confissão – um método utilizado em vários outros processos, nomeadamente de estudantes e “intelectuais”. “Y” começa a escrever. Mas o primeiro agente a olhar a sua confissão rasga-a em pedaços, e exige-lhe que recomece. Sem saber o que esperam dele, “Y” recomeça e presta informações que ninguém lhe pediu, refere-se a pessoas com quem nem sequer tinha relações partidárias. Servem-lhe o almoço – e estabelece conversa com os agentes que o guardavam.

O que leva a supor que, na sequência do isolamento e da privação sensorial, somado a esse “falar enquanto batem”, “Y” possa ter sofrido uma divisão do eu que lhe permitia agora, e nas suas próprias palavras, reagir à derrota que o desonrara⁵¹ não com cólera ou vergonha, mas antes com alívio, como o esquizóide que Ronald Laing descreve, sempre dividido “*entre o desejo de se entregar e o desejo de se esconder*”. “*Este problema*”, escreve Laing, “*é comum a todos nós e todos encontramos para ele uma solução mais ou menos satisfatória. Temos os nossos segredos, e sentimos a necessidade de os confessar. Lembramo-nos de que modo, quando éramos crianças, os adultos liam facilmente em nós, e que grande acontecimento foi quando, com medo e a tremer, conseguimos dizer a nossa primeira mentira, descobrindo no mesmo momento que estávamos, de algum modo, irremediavelmente sós. Há pessoas, no entanto, que nunca tomam claramente consciência disso. Essa faculdade de se esconder está na base das relações humanas - mas aquele que qualificamos de esquizóide sente-se, ao mesmo tempo, mais exposto, mais vulnerável ao outro que nós e mais isolado.*”⁵²

Como escrevia Fernando Gouveia, o “Lupa”, em contacto com os presos, os agentes da PIDE tinham-se tornado psicólogos. Uma experiência acumulada de muitos anos ensinava-os onde procurar os pontos fracos daqueles que perseguiam...

Edward T.Hall narra, em “A Linguagem silenciosa”, o que se passou com os soldados norte-americanos enviados para a Coreia:

⁴⁹ A 16.6.2000.

⁵⁰ Berger, Peter, Luckman, Thomas, “A Construção Social da Realidade”, Col. Saber Mais, Dinalivro, Lisboa, 1999 (1996)

⁵¹ “A dupla natureza da honra como honra a que se aspira e honra que é reconhecida pelos outros reflecte a dualidade: aspiração a desempenhar certo papel na vida social e satisfação dessa aspiração. Ser desonrado é ter essa aspiração rejeitada pelos outros. A “sou quem sou” responde-se “tu não és quem pensas que és”. “Pitt-Rivers, Julian, “*Honra e Posição Social*”, em “*Honra e Vergonha – Valores das Sociedades Mediterrânicas*”, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1988 (2ª edição), p. 55.

⁵² Laing, Ronald, “*Le moi divisé*”, Stock, Londres, 1970 (1960)

*“Os estrategos americanos pensaram que os seus soldados agiriam correctamente, mesmo sem terem sido treinados, quanto à atitude a tomar se fossem capturados. Os relatórios da guerra da Coreia sobre o comportamento dos prisioneiros americanos mostraram a sua grande vulnerabilidade psíquica. As instruções simples do tipo ‘Digam-lhes o vosso nome, patente, número e nada mais’ não serviam de nada. Uma grande parte dos americanos falou demais. (...) Muitos deles tinham sido levados a pensar que os comunistas os tratariam muito mal e deixavam de resistir quando, ocasionalmente, eram “bem” tratados. Qualquer pequena amabilidade por parte dos comunistas era sobrevalorizada devido à dureza da vida na prisão. Alguns americanos pensavam que, pelo facto de serem prisioneiros, a guerra tinha acabado para eles e já não se encontravam sob controlo militar. As estruturas culturais que cimentavam a sua vida desmoronaram-se sob a pressão que os comunistas habilmente exerciam.”*⁵³

Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca referem, no seu “Tratado de Argumentação”: *“Pode-se, com efeito, tentar obter o mesmo resultado, seja pelo recurso à violência ou pelo recurso visando a adesão dos espíritos. É em função dessa alternativa que se concebe mais claramente a oposição entre liberdade espiritual e constrangimento. O uso da argumentação implica que se renunciou a recorrer unicamente à força, que se preza a adesão do interlocutor, obtida com o auxílio de uma persuasão raciocinada, que não se trata o interlocutor como objecto, antes se faz apelo à sua liberdade de julgamento. O recurso à argumentação supõe o estabelecimento de uma comunhão de espíritos que, enquanto dura, exclui a violência.”*⁵⁴

Para “Y”, depois de terem representado a face mais violenta e odiada do regime, os agentes da PIDE/DGS constituíam-se agora na sua nova família. A PIDE/DGS tinha assim conseguido a sua destruição psicológica. Era muito mais que um simples “falar na polícia”. Era uma devoção que levava o preso a querer aproximar-se mais e mais dos seus captores – a quem vai contar muito mais do que aquilo que lhe perguntam. “Y” tornara-se, para todos os efeitos, um “traidor”, e não podia deixar de assim ser visto pelos que, como ele até aí, viviam a luta política em Portugal. Mas não pode excluir-se que tenha sido também uma vítima da chamada “síndrome de Helsínquia” – que leva a que um preso, e muito especialmente um refém, sob privação sensorial, colocado num estado de total dependência dos seus captores ao nível das funções vitais, faça uma regressão profunda que o leva a fazer, com eles e através deles, uma nova “socialização”.

“Y” dedica então ao chefe de brigada que dirigira os interrogatórios a afectividade que tivera para com os dirigentes associativos a que se ligara.

Citando Erik Erikson, autor de “*Identidade, Juventude e Crise*”, que afirma que “*certos jovens manifestam frequentemente, de maneira patética, o sentimento de que não podem ser salvos senão pela fusão com um Chefe*”, Raoul Girardet escreve: “*No estado de vacuidade afectiva e moral que acompanha de facto toda crise da legitimidade política, o recurso ao Salvador parece depender, bem autenticamente, desse mesmo tipo de mecanismo psíquico que, nas incertezas da contestação adolescente, conduz a*

⁵³ Hall, Edward T., “*A Linguagem Silenciosa*”, Antropos, Relógio d’Água Editores, Lisboa, 1994, páginas 74/75.

⁵⁴ Perelman, Chaim e Olbrechts-Tyteca, Lucie, “*Traité de l’Argumentation*”, Éditions de l’Université de Bruxelles, Bruxelles, 1992, p.73

esse apelo ‘patético’ a um novo mestre, a um novo tutor, a um novo guia.”⁵⁵

Eis como José descreve, hoje ainda, o sentimento que então nutria para com Inácio Afonso:

*“Gratidão! É verdade! Finalmente ele libertara-me daquilo! Não só dos interrogatórios, mas de muitos anos de auto-abdicação, de sacrifícios, que terminaram. É como o filho que sai de casa, faz uns disparates, parte uns vidros, vai para a esquadra, o pai vai buscá-lo, dá-lhe uns tabefes, mas... volta para casa. E pensa: safei-me de boa.”*⁵⁶

A partir daí, “Y” não deixará de colaborar com a polícia, não apenas dizendo aquilo que esta quer saber sobre a sua actividade e aqueles a quem se encontrava ligado, mas dando outras informações e, até, mais tarde, denunciando conversas dos presos com quem irá partilhar celas. Sobre esse facto, refere ter sofrido uma “reversão ideológica”. Mas fica a dúvida sobre se se trata de uma “reversão”, fruto desse “eu dividido” precipitado pelo stress do isolamento e da tortura, ou se é a sua frágil socialização política que, sob o efeito desses factores, se esboroa, deixando o campo livre aos valores em que – como tantos dos jovens portugueses de então – fora educado, mais próximos daqueles que os agentes lhe repetem que àqueles que o tinham seduzido nas Associações de Estudantes e no grupo político a que pertencia. E vale a pena pensar quantas vezes os presos tinham, na própria família, ou entre os amigos, quem criticasse a sua militância e dissesse, como a polícia, que ao combater o regime estavam a “estragar a sua vida”. Há que recordar que a luta antifascista esteve longe de envolver toda a população portuguesa e que nem todos os presos provinham de famílias da Oposição.

Podemos pensar que, “Y” aceitara uma outra legitimidade, a da polícia política do regime, contra a legitimidade do grupo político a que pertencia. E porque, como diz Pierre Bourdieu, *“as relações de forças objectivas tendem a reproduzir-se nas relações de força simbólicas, nas visões do mundo social que contribuem para garantir a permanência dessas relações de força”*, a ideologia política apresentada pela PIDE sobrepuja-se àquela que o levava a tornar-se militante. Ainda Pierre Bourdieu: *“O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos”, em forma de uma “illocutionary force”, mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daqueles que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.”*⁵⁷

É que a luta entre o preso e a polícia é, afinal, uma luta pelo Poder. Desequilibrada, desigual – e comunicacional.

⁵⁵ Girardet, Raoul, *“Mitos e Mitologias Políticas”*, Companhia das Letras, São Paulo, 1987.

⁵⁶ Declarações recolhidas a 11.6.2000

⁵⁷ Bourdieu, Pierre, *“O poder simbólico”*, Memória e Sociedade, Difel, Lisboa, 1989, p. 145, 14/15

Entendemos que a história de “Y” o prova em absoluto.

Desde o início. Porque é pela palavra, pela admiração daqueles que a usam com uma facilidade que desconhece, pela magia das palavras novas que tem que aprender a conhecer – palavras até aí proibidas no meio em que se movia ou usadas com significado diferente daquele que lhe é dado pelos jovens associativos nas Universidades portuguesas, “colónias” e “comunismo”, por exemplo – que o jovem “Y” entra na vida associativa e, depois, na vida política, numa organização clandestina.

Porque nessa organização perde o seu nome, pelo uso obrigatório de um pseudónimo. E então, ainda que “Y” não a ponha expressamente, a pergunta surge: “Aquilo que diz e faz aquele que usa o meu pseudónimo é o mesmo que digo e faço eu, com este nome que uso desde que nasci?”

De alguma forma, o uso do pseudónimo, esse outro que também é “eu”, corresponde ao uso dúplice das palavras, que têm significados diversos na boca de quem os pronuncia na socialização que foi a sua de infância e adolescência e aqueles que são, nessa fase, os seus “camaradas”.

Como lembra Marina Yaguello, em “Alice no país da linguagem”:

“A actividade linguística é uma actividade simbólica. A língua serve de veículo ao pensamento, que articula conceitos e não etiquetas aplicadas às coisas. Nomear é categorizar, organizar o mundo. As palavras têm um poder conceptualizador: a palavra cria o conceito da mesma maneira que o conceito convoca a palavra. Uma actividade nova, uma ideia nova, uma nova realidade requerem uma denominação, mas é esta denominação que lhes confere existência.”⁵⁸

E quando a mesma palavra quer dizer duas coisas tão diferentes como um elogio e um insulto? Quando, na polícia “comunista” - até aí a palavra que significava aquilo que, no seu mais íntimo, julgava almejar ser – surge, não como elogio, mas como insulto, “Y” fica na posição da Alice de Lewis Carroll, perdida num país onde as palavras não significam aquilo que com elas aprendeu.

“Não sei o que queres dizer com ‘glória’”, disse Alice.

Humpty Dumpty sorriu com desprezo. “Claro que não, até eu to explicar. O que eu queria dizer era ‘aí está um argumento para te abater.’”

“Mas ‘glória’ não significa ‘um bom argumento para abater’”, objectou Alice.

“Quando uso uma palavra – disse Humpty Dumpty com desdém – ela significa exactamente o que eu quero que signifique – nem mais nem menos.”

“A questão – disse Alice – é se tu podes fazer com que as palavras tenham significados tão diferentes!”

“A questão é – disse Humpty Dumpty – quem deve ser o mestre.”

Sobre este diálogo, escreve Marina Yaguello: “Ao estabelecer as suas próprias convenções, recusando-se a conformar-se ao consenso que une os locutores de uma mesma língua numa “comunidade linguística”, Humpty Dumpty mina as próprias raízes da comunicação.”

Mas é neste terreno minado que se move Alice e que, a partir da sua prisão, se move “Y”. E a questão de “quem deve ser o mestre” é, naturalmente, a de quem detém o

⁵⁸ Yaguello, Marina, “Alice no país da linguagem. Para compreender a linguística”, Imprensa Universitária, Ed. Estampa, Lisboa, 1990 (1981)

poder de definir o que as palavras querem dizer. No mesmo sentido vai, aliás, a inteligentíssima – consciente ou inconscientemente – atitude do agente que rasga os papéis em que “Y” inicia a sua confissão. Porque é preciso, ainda, que sejam eles – os inquiridores – a estabelecer o que é, ou não, digno de ser contado. Que sejam eles os donos da palavra. Que é outra forma de dizer: do Poder.

É pois lícito pôr a dúvida de se, ao aconselhar os militantes comunistas a não prestar quaisquer declarações, Victor Serge e o “Se fores preso, camarada...” não cometem um erro, o de retirar o poder àqueles que foram presos. É certo que, sob a dura situação de interrogatório, podem esses militantes confundir-se, enredar-se nas suas próprias explicações: mas dando-as enquanto estão ainda em condições de as dar, não se comprometeriam com as suas próprias palavras?

Estamos, pois, em pleno campo da comunicação. Não apenas nas palavras, mas também nos gestos, nessa linguagem silenciosa que é a ocupação do espaço, o jogo a bel-prazer com o relógio, os gritos que se sucedem às palavras mansas, essa violência que se sofre por tirar ou por pôr uma camisola, num duplo constrangimento enlouquecedor...

E esse “bater enquanto falam”, a fazer memorizar a mensagem, como não aproximá-la do texto de Gilles Deleuze, “*Da oralidade*”?

*“Freud insistia sobre a origem acústica do superego. Para a criança, a primeira aproximação à linguagem consiste em apreender esta como o modelo do que lhe é préexistente, como reenviando a todo o domínio do que já lá está, voz familiar que veícula a tradição, onde a criança se deve inserir antes mesmo de compreender. De certo modo, essa voz dispõe de todas as dimensões da linguagem organizada : porque ela designa o bom objecto enquanto tal, ou, ao contrário, os objectos rejeitados ; ela significa algo, a saber, todos os conceitos e classes que estruturam o domínio da préexistência ; e ela as variações emocionais da pessoa (voz que ama e acalma, que ataca e ralha, que se queixa de estar ferida, ou que se retira e se cala. (...)) Ela é bem a voz de Dieu comme superego, aquela que proíbe sem que saibamos o que é proibido, já que não o saberemos se não pela sanção.”*⁵⁹

E como não pensar, perante a forma como “Y” muda a sua fidelidade dos camaradas que tanto admirara para o chefe de brigada responsável pela sua traição, no que escreveu Erik H. Erikson em “*Identidade - Juventude e Crise*”, escreve:

“(...) A juventude rejeita frequentemente os pais e as autoridades, e deseja subestimá-los como inconsequentes, pois está procurando indivíduos e movimentos que afirmem – ou pareçam afirmar – que são capazes de predizer o que é irreversível, assim se adiantando ao futuro – o que significa invertê-lo. Isso, por sua vez, explica a aceitação pela juventude de mitologias e ideologias que prevêm o curso do universo ou a tendência geral da história; pois até a juventude inteligente e prática pode ficar satisfeita por contar com um quadro de referência mais amplo, de modo que possa dedicar-se aos detalhes ao alcance de seu controle, assim que conheça (ou lhe seja convincentemente dito) o que elas representam e onde ela própria se situa. Assim, as ideologias “verdadeiras” são verificadas pela história – por algum tempo; pois se elas podem inspirar a juventude, a juventude fará a história prevista tornar-se mais verdadeira. (...) A selecção de indivíduos significativos pode ocorrer no contexto das virtualidades evidentes, como a escolaridade ou a selecção profissional, assim como na filiação religiosa e ideológica, enquanto que os métodos de seleccionar heróis pode ir

⁵⁹ Deleuze, Gilles, “*Logique du sens*”, Collection “*Critique*”, Les éditions de Minuit, Paris, 1969.

desde a amenidade e inimizade banais até o jogo perigoso nas fronteiras da sanidade e da legalidade. Mas as ocasiões têm em comum uma avaliação mútua e uma mútua demanda de reconhecimento como indivíduos que podem ser mais do que parecem ser e cujos potenciais são necessários à ordem existente ou a criar. Os representantes do mundo adulto assim envolvidos podem ser os advogados e praticantes da exactidão técnica, de um método de inquérito científico, de uma convincente interpretação da verdade, de um código de justiça, de um padrão de veracidade artística ou de um estilo de autenticidade pessoal. Eles se tornam representantes de uma elite aos olhos dos jovens, independentemente deles serem assim considerados ou não aos olhos da família, do público ou da polícia.”⁶⁰

Mas esse investimento dos jovens em busca de imagens parentais alternativas exige muitíssimo daqueles que ocupam esse lugar. Girardet:

“Pai procurado e redescoberto – tendo tomado o lugar, desempenhando o papel de um pai perdido ou repudiado – os sentimentos de respeito e de devotamento que se dirigem ao personagem heroificado vão em primeiro lugar, neste caso, para o Protector: a ele o encargo de apaziguar, de restaurar a confiança, de restabelecer uma segurança comprometida; a ele também a tarefa de fazer frente às ameaças de uma desgraça. (...) Mas a ele cabe também o cuidado primordial de garantir a perpetuação da comunidade, da qual carrega doravante a responsabilidade. Fiador, em outras palavras, da regularidade do jogo das continuidades, das transmissões e das sucessões, os valores que encarna são os da perenidade, os do património e os da herança. Seu papel é o de prevenir os acidentes da história, evitar suas fendas, responder pelo futuro em função da fidelidade a um passado com o qual se acha muito naturalmente identificado. Quase seria preciso dizer que a construção mítica não está aqui, no limite, fora do domínio de certa concepção cósmica da Ordem universal. Guardião da normalidade na sucessão dos tempos, no decorrer das gerações, assim aparece, nessa perspectiva, a função essencial atribuída ao herói salvador.”⁶¹

Mas se esse herói, posto ele próprio em risco, parte para o exílio, se não protege, com os seus bons métodos, os seus conselhos, a sua vigilância, os seus seguidores, se não lhes evita a prisão e a tortura, se a meditação causada pelo isolamento aumenta ainda o número e a importância das suas falhas, se a cada momento a sua “deserção” dos deveres de salvador é glosada por aqueles que torturam aqueles que abandonou, então, está criado o cenário para a segunda morte do pai e, na tristeza da traição que já não é do salvador mas de si próprio, o investimento em nova imagem parental, que essa, sim, salva do mal presente.

Tentar compreender o que leva uns a traírem e outros a resistirem faz-nos pensar que estão em jogo forças muito mais poderosas do que simplesmente querer ou não resistir. E, compreendendo embora, no contexto, os que condenavam sem reservas aqueles que cediam em interrogatórios – a maioria das vezes sem que essa cedência fosse mais do que momentânea e se transformasse em “colaboração” – parece-me que vale a pena pensar se não houve, do lado antifascista, alguma responsabilidade nessas cedências. Não é um mero exercício de desocupados, visto que, até hoje, há quem sinta ainda dolorosamente o ostracismo a que foi condenado, ou a que um seu familiar foi condenado.

⁶⁰ Erikson, Erik H., *“Identidade, Juventude e Crise”*, Ciências da Educação, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1972.

⁶¹ Girardet, Raoul, *“Mitos e Mitologias Políticas”*, Companhia das Letras, São Paulo, 1987.

Depois de ler não só “La question”, mas também textos policiais como o citado “Kubark Counterintelligence Interrogation”, não tenho dúvidas de que a todos os métodos até agora usados há quem seja capaz de resistir. Mas acredito que isso depende de factores muito diversos, que vão da personalidade do preso ao contexto em que se desenvolve a sua luta. E tenho a certeza de que não basta dizer “Não prestes declarações” para que não se fale, como a tenho de que os que falam não são, na maioria dos casos, verdadeiros traidores. E que cabe às organizações serem mais cuidadosas no recrutamento, na forma como preparam os seus militantes (não posso impedir-me de temer que ser preso já no temor de uma tortura quase insuportável não colaborava nessa “ameaça de dor” que a CIA considera mais eficaz do que a dor ela mesma fosse uma forma – naturalmente involuntária – de servir os desígnios dos torcionários), nas medidas que tomam na eventualidade de uma traição. Resistências houve que preferiram admitir como princípio o risco de que os seus elementos falassem sob tortura, pelo que estavam preparadas para, em 48 horas, mudar toda a parte da organização a que um preso estava ligado – e não fazer pesar sobre este toda a responsabilidade de resistir.

Trinta e cinco anos passado sobre o 25 de Abril, creio que, como referiu José Pedro Castanheira na apresentação do último livro da Irene Pimentel, vale a pena reflectir sobre tudo isto. Tendo em conta, até, o exemplo de Timor-Leste, onde a resistência não rejeitou todos aqueles que em algum caso cederam – mas nem por isso se passaram para o inimigo. Lembra-se de como, quando alguns em Portugal já o acusavam de traição, Xanana Gusmão liderou o processo da independência de Timor?